

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA: EM QUE CONTEXTO ESTÃO INSERIDAS?

Aline Bagetti ¹
Regina Maria Melo²

RESUMO

O artigo buscou problematizar as políticas públicas para a EJA. Em que contexto estão inseridas? Quais as suas características e perspectivas? Nesse estudo bibliográfico e descritivo, fiz uma análise, através de problematizações, buscando articulá-las com as sintetizações feitas pelos teóricos da educação de jovens e adultos. Há a evidência de uma disputa de poder na organização de políticas públicas entre liberais e aqueles que defendem uma proposta a partir dos próprios protagonistas, que são os jovens e os adultos. A partir disso, constata-se que as políticas públicas estão sob um enfoque de programas compensatórios e enraizadas em práticas assistencialistas organizadas por empresários, ONGS e ações não-governamentais sob os signos de parceria entre Estado e sociedade civil. As políticas públicas estão enfocadas no contexto do neoliberalismo, no qual predomina a hegemonia de idéias neoliberais com a intervenção do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional na educação. Com base nessa problemática, sugerem-se políticas públicas educacionais diferenciadas, na perspectiva da educação não-formal, educação popular e educação em rede, que investiga e problematiza as políticas públicas a partir dos próprios protagonistas. Além disso, é necessário que essas políticas comportem uma gestão democrática e participativa, buscando um diálogo horizontal entre todos os dirigentes. Pois esse contexto neoliberal, desmobilizador, estático e assistencialista que está em voga não serve para a construção de políticas públicas, mas um contexto forjado a partir da realidade sócio-cultural dos jovens e adultos pode possibilitar novas políticas públicas sob perspectivas humanas, críticas e emancipatórias.

¹ AUTORA - Especialista em Gestão Educacional

² CO-AUTORA - Prof^a Dr Regina Maria Melo

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA: EM QUE CONTEXTO ESTÃO INSERIDAS?

Aline Bagetti³
Regina Maria Melo⁴

Esse artigo busca investigar e problematizar as políticas públicas implantadas no Brasil para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os pressupostos estão baseados em pesquisas bibliográficas: leitura de livros, artigos científicos, periódicos e obras afins. Destaco ROMANELLI (1999) que enfoca os aspectos históricos da educação brasileira e faz crítica ao contexto político-econômico do país e que a educação reproduz o sistema dominante. FREIRE (1997), BRANDÃO (2001), que discutem aspectos sócio-culturais da EJA e a formação de professores. E DI PIERRO (2001), TORRES (2000), HADADD (2001) e BEISIEGEL (1997) discutem as políticas públicas educacionais para a modalidade da EJA. Dessa forma, discuto a temática problematizando as sintetizações desses e demais autores.

Além disso, busca-se problematizar: Em que contexto as políticas públicas educacionais estão inseridas? Devido ao surgimento de programas educacionais financiados por empresários, ONGS, ações não-governamentais sob o signo de parceria entre Estado e sociedade civil que comportam modelos de gestão autoritária, centralizada e burocrática.

Problematizam-se, as características desses programas educacionais pois é partir da década de 90 do século XX é que essas ações se intensificam e o Estado redireciona as políticas e programas de acordo com os interesses neoliberais, de mercado, promovendo parcerias.

Além disso, devido a essa problemática busca-se propor perspectivas educacionais e políticas diferenciadas para essa modalidade de ensino como a educação não-formal, educação popular e a educação em rede, que são ações articuladas de acordo com a realidade sócio-cultural dos jovens e adultos.

Portanto, esse estudo busca problematizar, questionar as políticas públicas educacionais para a EJA assim como propor alternativas diferenciadas baseadas em

³ AUTORA - Especialista em Gestão Educacional

⁴ CO-AUTORA - Prof^a Dr Regina Maria Melo

uma gestão democrática e descentralizada, onde todos os dirigentes do processo educacional participem da tomada de decisões.

Neste trabalho não pretendo enfatizar aspectos abrangentes sobre a história da educação, mas fazer problematizações a respeito dessa temática de uma forma que contemple a EJA.

Desde a colonização do País constatamos que não se falava em educação EJA, pois todos os sujeitos incluindo a população adulta foram iniciados em uma educação de caráter religioso. Portanto, a denominação é recente e existem várias concepções sobre a EJA, mas a que será abordada nessa pesquisa é a EJA - modalidade de educação atual proposta pelo MEC.

Nessa perspectiva, constatamos que no Brasil Colônia existia a predominância de uma minoria de donos de terras sobre escravos e agregados. Estes recebiam uma rudimentar educação escolar e para propiciá-la a catequese era fundamental para os padres jesuítas “moldarem” a Colônia.

Eram fundadas escolas em que se transmitiam valores cristãos e culturais. A educação ofertada nesse período era uma imposição dos padrões culturais da Europa para a América Latina.

O Brasil tornou-se um país da “Europa” com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante. Essa foi educação transformada em educação de classe que atravessou todo o período colonial e imperial sem ter sofrido qualquer modificação mesmo quando a demanda começou a aumentar atingindo as camadas mais baixas da população e fazendo com que a sociedade ampliasse a sua oferta escolar. (ROMANELLI,1999. p.35)

Nessa breve discussão sobre os jesuítas no Brasil Colônia percebe-se que a imposição da catequese, herança cultural, sistema de poder econômico e a demanda social de educação influenciaram a evolução do ensino no Brasil. Além disso, a educação que foi imposta tinha objetivos de manter o povo submisso, controlado e passivo.

Problematizando a EJA, na história da educação no Brasil constatamos que foi somente no séc XX mais precisamente na década de 20 que houveram iniciativas particulares, de cunho popular e assistencial voltadas somente para a EJA.

A partir da revolução de 1930, o Brasil preocupou-se com a intervenção do

Estado na EJA e começou a implementar diversos programas e políticas de iniciativas oficiais.

Na decorrência das próximas três décadas, mais precisamente no ano 1961, a prefeitura de Natal, na cidade de Angicos lançou uma campanha nacional de alfabetização (De pé no chão também se aprende a ler). O educador Paulo Freire, através dos círculos de cultura alfabetizava em 40 horas os adultos. Em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização pelo Ministério da Educação e da Cultura.

Já em 1964 o golpe militar extingue todas essas ações, com o pretexto de que eram subversivas. E muitos educadores foram presos, perseguidos devido ao seu posicionamento ideológico. Em contrapartida, o governo militar criou campanhas de alfabetização como a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e também o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Essas campanhas tinham caráter ideológico e propunham que os alunos aprendessem a ler e escrever sem uma preocupação com a formação crítica, até mesmo porque o contexto político - econômico era repressivo. Após 64, a EJA teve caráter de educação de base articulada com as “reformas de base” propostas pelo governo João Goulart. O Movimento de Educação de Base (MEB) apoiado pela igreja permaneceu até 1969.

Com a reabertura política em 1990, criou-se no Brasil a Comissão Nacional de alfabetização coordenada por Paulo Freire e depois por João Eustáquio Romão. Essa Comissão propôs discussões sobre políticas de alfabetização.

A partir da década de 90, educadores políticos e empresários discutem e implementam políticas públicas para a EJA, surgindo com isso, diversos programas em nível nacional como o MOVA, PRONERA, ALFASOL, Brasil Alfabetizado, Programa fazendo escola. Tais programas foram criados em decorrência de uma política econômica neoliberal e serão problematizados posteriormente.

Diante disso, constatamos que a educação desde o período colonial foi articulada de acordo com a política econômica do país. Essa breve leitura da história da educação da EJA no Brasil possibilita a problematização dessa modalidade para compreendermos que a educação não é desvinculada do contexto político-econômico e cultural do País.

A partir disso, veremos as características dos principais programas implementados em nível nacional e as repercussões desses para a EJA.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surgiu como uma campanha de alfabetização de adultos e o precursor deste movimento foi Lourenço Filho. O principal objetivo era ensinar jovens e adultos a ler e escrever sem nenhuma preocupação com a formação crítica. Essa visão ingênua focalizada no ser humano culpabiliza o jovem ou o adulto pela sua situação de vida, deixando-o a margem das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Nessa perspectiva, a pessoa aprende a ler e escrever e está apta a melhorar de vida, segundo a ótica do capitalismo.

Segundo pesquisas realizadas no site⁵ do programa o ALFASOL é uma organização não-governamental baseada em parcerias de 166 empresas e com 188 Instituições de ensino superior (IES), que já capacitaram mais de 216 mil alfabetizadores.

O ALFASOL tem parceria com muitas universidades e uma delas é a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que atua em cinco municípios do Estado do Piauí: Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Santos, Pio IX, São Julião e Fronteiras. Essa articulação entre universidade e municípios tem se mostrado eficiente nas funções operacionais, pois se desenvolvem em um esquema de cooperação.

Porém, constatamos alguns problemas na implementação desse programa, pois o termo parceria está vigente somente no plano operacional, pois não se faz a discussão sobre o plano de gestão do ALFASOL. A associação de apoio do programa não incorpora as IES e aos municípios, servindo somente como um instrumento para a captação de recursos privados e gestão financeira, não deliberando sobre o plano estratégico e pedagógico. Os municípios são receptores do programa e as decisões estratégicas são tomadas pela coordenação do programa. Esse modelo de gestão comporta relações de poder em que os canais e a hierarquia das instâncias de tomadas de decisões são centralizados e os parceiros participam de modo subordinado, o que não configura um modelo de gestão democrática.

Em 1992, surgiu outro programa, o Movimento de Alfabetização de Jovens e

⁵www.alfabetizacao.org.br

Adultos (MOVA). No contexto do Rio Grande do Sul, o MOVA foi o pioneiro como ação com caráter estadual, lançado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul no Governo Democrático e Popular (1999- 2002).

Porém, esse movimento de alfabetização foi instinto em decorrência da trocas de governos nacionais e estaduais posteriormente surge outro programa destinado para a EJA, o PRONERA.

Segundo pesquisas realizadas no site⁶ do PRONERA, esse programa busca superar os índices de analfabetismo entre os assentados. O regime adotado também é de parceria entre Estado, órgãos não governamentais, IES, movimentos sociais e sindicais e comunidades assentadas. A diferença desse programa para os demais (MOBRAL, ALFASOL, Brasil Alfabetizado e Programa Fazendo Escola) é que o modelo de gestão resulta em negociações entre os representantes do governo, representantes das universidades e dos movimentos sociais. A tomada de decisões estratégica e pedagógica e financeira é compartilhada e cada parceiro assume funções específicas.

Portanto a gestão do PRONERA se dá em várias instâncias: no âmbito nacional, conselho deliberativo, coordenação nacional e comissão executiva, administrativa e pedagógica; na esfera estadual, conselhos e coordenações estaduais e as coordenações locais nos municípios. Posteriormente analisamos outro programa para EJA, que é o Brasil Alfabetizado.

Lançado pelo governo federal em 2003, o programa Brasil Alfabetizado visa à inclusão educacional. Nesse mesmo ano, segundo as pesquisas realizadas no site⁷ o programa atendeu 1,92 milhão de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade formal. Porém, esse projeto não delibera as ações que são implementadas nos planos pedagógico, administrativo e financeiro com todos os parceiros envolvidos no programa.

Segundo pesquisas realizadas no site⁸ a parceria entre o MEC, governos estaduais, prefeituras municipais e a sociedade civil buscam institucionalizar a EJA como política pública no sistema de ensino brasileiro. O programa consiste em apoio financeiro e técnico do MEC aos governos Estaduais e Municipais. As propostas

⁶www.pronera.gov.br

⁷www.mec.gov/secad

curriculares e pedagógicas desse programa para o 1º segmento e 2º segmento do Ensino Fundamental foram produzidas pelo MEC.

A pesar desse programa propor institucionalizar a EJA como política pública, ele não delibera juntamente com seus respectivos parceiros sobre a gestão dos planos pedagógico, administrativo e financeiro.

As diretrizes para a EJA salientam que é preciso “reparar” essa dívida que foi relegada.

A EJA apresenta uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola, ou fora dela, e também tenham sido força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (p.5).

Essa “função reparadora” de uma dívida social pressupõe uma concepção ingênua da EJA como dever moral. VIEIRA PINTO (1987) comenta que “Esta ingenuidade é grave, porque converte a educação em ato caritativo e transfere para o plano dos valores éticos (inteiramente alheios a esse problema) a essência, o significado e a valoração eminentemente sociais da educação”.

A sociedade se apressa em “educá-los” não para criar uma participação, já existente, mas para permitir que se faça em níveis culturais mais altos e mais identificados com os estandartes da área dirigente, cumprindo o que julga um dever moral, quando que na verdade não passa de uma exigência econômica (VIEIRA PINTO, 1987, p.81).

Problematizo: Por que educar para uma exigência econômica? Quem ou o quê estimula esse tipo de educação? Constata-se que essa exigência econômica vem sendo estimulada pelo Banco Mundial (BM) que julga a melhoria da qualidade da educação a partir do benefício que essa aprendizagem pode proporcionar e o incremento na probabilidade de uma atividade geradora de renda.

Contata-se que surge uma ementa proposta pelo MEC que cria o fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Atualmente, o que o FUNDEB propõe para a EJA é a integração ao ensino profissionalizante. Um exemplo dessa integração é o projeto Transformar, vinculado ao Sistema de Federação das

⁸www.mec.gov.br/secad

Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Esse projeto propõe alfabetizar jovens e adultos e oferece cursos de geração de renda pelo programa pequenos empreendedores que são cursos de rápida duração, visando geração imediata de renda com baixo custo de investimento inicial. Os cursos oferecidos são: culinária, artesanato, estética, hotelaria, serviços, turismo e gestão.

Problematizo: Por que estamos diante de um projeto articulado e elaborado por empresários? O que representa um projeto com essa característica, numa concepção neoliberal de Estado?

Diante disso, os empresários participam das discussões e também da implementação de políticas educacionais, num enfoque de parcerias entre governo e sociedade civil. Pois quando formula-se uma lei que propõe uma integração de educação e ensino profissionalizante cria-se espaços, condições, e apropriações para que empresários financiem essas ações em prol de mais lucro a custa de trabalhadores.

Assim a formulação e a reformulação da legislação enfatizam os interesses do BM que propõe a menor intervenção do Estado nas políticas educacionais elevando-se assim a criação de projetos e programas compensatórios satisfazendo a atuação do setor privado na educação.

O educador Freire contribuiu para que os professores refletissem sobre suas ações didático-pedagógica e teve uma contribuição significativa na formação de professores. A proposta do autor, parte do estudo da realidade (fala do educando) e organização dos dados (fala do educador),nesse processo surgem os temas geradores, extraídos da problematização da vida dos educandos. O importante não é a transmissão de conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Isso possibilitou que o educador⁹ da EJA pudesse fazer um estudo da realidade onde os seus alunos estavam inseridos para que os sujeitos pudessem assim descobrir os próprios problemas, os meios para resolvê-los e lutar por melhores condições de vida.

Contudo, é preciso pensar: Quais as características dessa formação? O espaço destinado para refletir sobre a formação é suficiente?

⁹ Os termos educador e professor são sinônimos nessa pesquisa.

É preciso questionar, reconstruir e problematizar as ações, metodologias e concepções dos professores que atuam na EJA para que eles não cristalizem seus saberes em receitas prontas, técnicas, cartilhas infantilizadas que não valorizam a realidade dos alunos. Mas que possam refletir sobre essas ações e criar alternativas metodológicas diferenciadas para ressignificar a formação num processo de constante indagação e busca pelo conhecimento.

Diante disso, cabe as questões: Quem são os jovens e adultos? O que eles buscam na EJA? E qual é a realidade sócio-cultural em que eles estão inseridos? A partir daí busca-se construir perspectivas diferenciadas que contemplem a especificidade da EJA e principalmente as reais necessidades dos jovens e adultos. Para essa problematização constata-se a relevância de focar o contexto político econômico da EJA.

Para iniciar essa discussão é preciso problematizar as políticas públicas para EJA e seu contexto político e econômico na década de 50 até a década de 90 do século XX.

Em 1969 foi criado o MOBRAF no contexto da ditadura militar na perspectiva de campanha de alfabetização. Nos anos 70 houve a implementação de exames supletivos que eram definidos em âmbito federal e desenvolvidos em regime de cofinanciamento para a EJA. O MEC reteve para si o controle na criação desses programas na medida em que as adesões aos programas condicionam as transferências de recursos federais para as instâncias municipais de governo.

Já na década de 90, que foi marcada pela implementação de um projeto neoliberal e também a interferência do FMI e do BM na educação que propõem duas tarefas para a educação ANDRIOLI (2002) comenta que “é ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania e gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas”. Muitas agências seguem cada vez mais sua liderança e as políticas públicas para a EJA estão voltadas numa perspectiva neoliberal.

O neoliberalismo, ou Estado neoliberal são termos usados para designar um

novo tipo de Estado que surge. Pois os governos liberais propõem noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição da intervenção estatal na economia e na regulação do mercado. Nessa perspectiva, ocorre ausência de política pública para a EJA devido à privatização do ensino e o surgimento do termo “parceria” que é o impacto entre o setor público e privado.

A palavra parceria incorporou-se ao vocabulário desse campo educativo, a noção de parceria passou a ser utilizada para definir tanto a relação contratual estabelecida entre governos estaduais e fundações privadas que produzem programas de educação, quanto para designar convênios mantidos por governos municipais ou estaduais com organizações comunitárias para o desenvolvimento de movimentos de alfabetização de jovens e adultos (DIPIERO, 2001, p.321)

Qualificam-se como parcerias os programas educacionais de nível nacional tais como o MOBREAL, ALFASOL, MOVA, PRONERA, Brasil Alfabetizado e Programa fazendo escola, entre outros criados e financiados por empresários. O não financiamento do Estado na oferta de EJA, gera um deslocamento entre o público e o privado sob signos de parcerias, isso disseminou para o conjunto da sociedade responsabilidades que até então eram interpretadas como tarefas do governos, levando a multiplicação de provedores não-governamentais. Os programas MOBREAL, ALFASOL, Brasil Alfabetizado e Programa fazendo escola não deliberam em aspectos de gestão pois são modelos inspirados no setor privado de direito privado e com um crescente número de empresários financiando essas ações. As organizações civis de direito privado assumiram o estatuto de instituições públicas não-estatais quando viessem a estabelecer parceria com organismos governamentais para prestar serviços sociais básicos pois

A noção de serviço público não-estatal implícito nesse raciocínio é meramente econômico-instrumental, reduzindo o cidadão à condição de consumidor e as organizações sociais à condição de prestadoras de serviços públicos, abstraindo totalmente as questões ético-políticas implicadas no conceito de esfera pública democrática, tais como os requisitos de transparência e de participação da sociedade civil nos processos de deliberação do objeto de interesse público, na formulação das diretrizes das políticas governamentais, no controle sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos prestados, etc., requisitos estes que conformam as bases da legitimidade da ação estatal (PEREIRA, 1996 p.269)

Constatamos que esses programas que estão sob o signo de parceria entre governo e sociedade civil acaba delineando um modelo centralizador, autoritário onde as decisões não são compartilhadas e deliberadas o que compromete os discursos de autonomia e diálogo horizontal que são usados pelos seus participantes. Porém, conceito de parceria que está evidente nesses programas educacionais comporta uma ambigüidade.

Existe outra vertente de significação da parceria e do conceito de serviço público não-estatal que encontra-se ainda em delineamento e aborda a necessidade de reforma do Estado a partir de uma perspectiva ético-política que busca sua desprivatização e subordinação a racionalidade societária, mediante a ruptura do monopólio estatal da esfera pública e o alargamento dos espaços de co-gestão democrática das políticas governamentais.(PEREIRA,1996 p.294)

Nessa perspectiva estão o MOVA que hoje está desativado. E o PRONERA que é um dos programas que ainda estabelece um modelo de gestão compartilhada, deliberando sobre aspectos pedagógico-político e financeiro. Esse modelo de gestão compartilhada é que estabelece uma relação dialógica horizontal, pois as demandas e interesses particulares são negociados em espaços públicos democráticos.

Porém, esse modelo de gestão do PRONERA não isenta os riscos de privatização do espaço público devido à redução da visibilidade pública das negociações. Mas essa tendência nos dias atuais começa a ficar comprometida devido ao contexto político econômico neoliberal que nossa sociedade está inserida.

O Programa fazendo escola propõe que os governos estaduais, as prefeituras municipais e a sociedade civil institucionalizem a EJA como política pública no sistema de ensino brasileiro. Porém esse programa também promove parcerias entre Estado e sociedade civil e conta com o apoio financeiro e técnico do MEC que centraliza as decisões e a formulação de materiais didáticos que serão destinados aos alunos. Isso configura um modelo de gestão autoritária e não - democrática.

Diante disso, percebe-se algumas diferenças entre esses programas. O MOBREAL, ALFASOL, Brasil Alfabetizado e Programa fazendo escola, entre outros

financiados por empresários comportam relações de poder, gestão centralizada e burocrática além disso, não deliberam sobre os planos pedagógico administrativo e financeiro.

Já o MOVA que atualmente encontra-se desativado objetivava um modelo de gestão democrática onde buscava deliberação sobre os planos pedagógico administrativo e financeiro. O PRONERA busca essa deliberação e propõe uma política pública baseada numa gestão democrática e descentralizada, além disso, esses dois projetos estavam ligados aos movimentos sociais que pressionavam o Estado para obter as suas reivindicações. Mas a partir da década de 90 o Estado começa a construir novas alianças sob o signo de parceria e também os movimentos sociais começam a participar das decisões e das reformulações das políticas públicas o que ocorre é a cooptação dos movimentos para a participação pragmática.

Cabe pensar se, o que possibilitou o desenvolvimento e o crescimento de políticas educacionais sob o signo de parceria entre Estado e sociedade civil?

As políticas para a EJA configuram-se no contexto político e econômico vigente que é o neoliberal e os programas educacionais que foram implementados para essa modalidade comportam atualmente um caráter assistencial e com interesse de mercado. Mesmo em meio essa problemática busca-se algumas perspectivas de políticas públicas para a EJA.

Para isso também busca-se apontar algumas perspectivas educacionais e políticas para a EJA. Propomos algumas perspectivas atuais: Educação não-formal, Educação popular, Educação em rede e problematizamos a Educação do sistema atual.

A educação não formal desenvolve-se principalmente em países de terceiro mundo onde existem projetos de ação comunitária. Essas ações não admitem a participação do Estado na educação. Elas separam o oficial do alternativo, o Estado da sociedade civil. Ações vinculadas ao Estado reproduzem a educação tradicional por isso Brandão (1984) afirma que “a educação do sistema conduz a reprodução do poder dominante”. O que é relevante na educação não-formal é que são organizadas de forma local e nessa perspectiva pode ser construído um processo de educação

diferenciado partindo da realidade sócio-cultural dos adultos.

A educação popular no Brasil divide-se em muitas correntes e tendências, pois muitos autores discutem essa questão. educação popular está sob muitas perspectivas, e muitas vezes a denominação é confusa, pois vários grupos utilizam esse discurso para manipular e explorar os sujeitos. Nos dias atuais, buscamos alguns caminhos para a EJA a construção de um novo modelo de escolarização baseado na educação popular. A educação emancipadora, partiria da problematização da vida dos oprimidos. Já a educação dos dominantes não pensa em problematizar a vida dos envolvidos mas olha para os interesses do capital, dos empresários que conseqüentemente visam para a qualificação da mão de obra, para o sistema vigente.

A terceira perspectiva é de educação em rede. As autoras Graciéla Martinez e Fermina rivas escrevem: “La educación de jóvenes y adultos. Um mirada desde los protagonistas” 2002. Nesse trabalho surge uma prática educativa que investiga a partir dos protagonistas (que são os jovens e adultos). São propósitos realizar um trabalho de investigação qualitativa, detectar aspectos significativos da proposta curricular e estabelecer espaços de reflexão. Esta experiência em rede apresenta-se como proposta para uma formação integral e um desafio para a formação profissional.

Constatamos que as redes de docentes que acontecem na América Latina e com experiências na Colômbia, Venezuela, Argentina México e Brasil e em demais países há trabalhos em rede com bons resultados. Assim segundo VELARDE (2002) o “objeto das redes é discutir políticas de gestão educativa, com o objetivo de revisar e propor mudanças na legislação e normatização educativa”.

A quarta perspectiva da EJA que propomos discutir e questionar é a educação do sistema, além disso, essa perspectiva é a que está em mais evidência devido ao contexto político-econômico neoliberal em que estamos inseridos pois

A educação do sistema (oficial), isto é, os programas de capacitação de pessoas e grupos populares está sob o controle externo visando produzir a passagem dos modos populares de saber tradicional para modelos de saber modernizado, segundo os valores dos pólos dominantes da sociedade”(BRANDÃO, 1984, p, 181).

Nessa concepção a educação está sob o controle de grupos dominantes (empresários) que enfatiza parcerias entre Estado e sociedade civil, como política compensatória. Há uma gradativa diminuição do espaço público e aumento do espaço privado na educação, com interferência nos objetivos e projetos políticos pedagógicos das escolas

Nessa pesquisa bibliográfica buscou-se problematizar as políticas públicas educacionais para a EJA: Em que contexto estão inseridas? Quais as características? E perspectivas?

Constata-se que desde o século XX na década de 20 na história da educação da EJA houve a predominância de práticas assistencialistas baseadas em concepções educacionais que tratavam os jovens e adultos como “sujeitos incapazes”, “um problema a ser resolvido”, “uma mancha” “uma chaga” “uma doença a ser curada”. Essas concepções construídas ao longo do século conotam um “preconceito” em relação a esses sujeitos que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar ou até mesmo de continuar o processo de escolarização. Criou-se uma “necessidade” e uma “pressa” em educá-los para não “envergonhar o país” e também com a criação dos cursos supletivos para que houvesse uma maior contribuição financeira para o Estado e sociedade civil. Essa necessidade de educa-los vem de encontro a proposta do BM e FMI que propõe políticas públicas educacionais de acordo com seus interesses que são neoliberais, individualistas e de mercado.

Além disso, buscou-se interpretar a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) no contexto das políticas públicas para a EJA e o que percebe-se é que a lei muitas vezes legitima os interesses neoliberais. Essa legitimação ocorre devido ao surgimento de cursos profissionalizantes e programas de alfabetização destinado para EJA e voltados para a formação de mão-de-obra qualificada o que favorece a atuação do empresariado na educação.

Nos dias atuais as políticas educacionais estão sobre o controle de empresários, ONGS, ações não governamentais que ditam normas e regras a serem seguidas. E para problematizar e incomodar compartilho a seguinte idéia:

A solidariedade responsável” dos empresários (individual ou corporativamente) acaba tornando-se apelo moral que justifica e legitima um compromisso maior dos homens de negócio como os problemas sociais do país. (GENTILLI, 1998, p.82)

O empresariado nacional, cada vez mais busca demonstrar ao governo e a sociedade, a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma a articular a seus próprios interesses. Essa falácia existente de “responsabilidade social” é um pretexto para que jovens e adultos sejam escolarizados, adequando essa escolarização as transformações no mundo do trabalho. Nessa proposta dos empresários, o que constata-se é a busca de uma adaptação do sistema educativo aos interesses econômico, e a criação de novas institucionalidades para a educação pública no âmbito de uma estrutura política neoliberal. No decorrer dessa pesquisa constata-se o crescimento e o surgimento de programas educacionais para a EJA sob os signos de parceria entre Estado e sociedade civil.

Além disso, a leitura da (LDB) possibilitou um entendimento mais abrangente em relação à formação de professores para essa modalidade de ensino. Nessa perspectiva, percebe-se o descaso com essa modalidade. Devido ao respaldado legal que não oferece muitos espaços, tempo e condições destinadas para a formação de professores e para reflexão sobre aspectos socioculturais da EJA, esses espaços de discussão são adaptados ao currículo das escolas e à cursos de formação continuada em parcerias com instituições de ensino superior.

Devido a essa problemática, constata-se a relevância de espaços destinados para a formação de professores para a EJA, para que os professores possam discutir, problematizar e implementar ações e metodologias diferenciadas, ou seja, a partir da realidade sócio-cultural dos jovens e adultos.

Nessa pesquisa buscou-se compreender o surgimento de programas educacionais destinados para a EJA, e o que constata-se é o surgimento do termo “parceria”. O termo “parceria” está na perspectiva de todas os políticas educacionais propostas para a EJA, mas alguns programas se diferenciam.

A ALFASOL, Brasil Alfabetizado e programa fazendo escola e outros projetos

financiados por empresários comportam uma gestão centralizada, burocrática que não possibilita a deliberação dos planos pedagógicos, financeiro e administrativo entre todos os dirigentes.

Já o MOVA está também na perspectiva de parceria, mas comportou uma gestão democrática, porém encontra-se desativado. O PRONERA promove parcerias, mas delibera nos planos pedagógico, financeiro e administrativo o que resulta uma gestão democrática. Mas essas ações estão cada vez mais comprometidas devido ao contexto político econômico do País. Dessa discussão o que se questiona é: Quais as ações, concepções e práticas de políticas que ainda estão por vir? E o que fazer para que ocorra uma resistência a esse modelo assistencialista, compensatório e com interesses de mercado?

Nessa perspectiva o que se critica é que a política pública educacional para EJA não deve ser enfocada em caráter assistencial como ocorre ainda nos dias de hoje, pois

[...] jamais se pode reduzir a tarefa raquítica, inexpressiva, insípida, de silenciando em face de briga mesma que justifica nossa presença no mundo, contribuir mais para a adaptação, ensinar a ler e escrever não é um passatempo, ou uma caridade que praticamos". (FREIRE, 2000, p. 18)

Percebe-se que o que mais incomoda, desmobiliza é esse contexto neoliberal, pois faz com que as ações de muitos educadores sejam estáticas e passivas. O contexto desmobilizador, estático e assistencialista que está em voga não serve para formar educadores e educandos, nem para problematizar a sociedade capitalista em que vivemos devido à crise no mundo do trabalho. Essas ações não devem-se configurar como alternativas para a EJA.

Evidentemente que há uma disputa de poder na organização das políticas públicas entre liberais e aqueles que propõem uma proposta a partir dos próprios protagonistas. Além disso, essa pesquisa buscou propor políticas públicas a partir de organizações da sociedade, fundamentadas na perspectiva de uma gestão democrática e participativa que propicie um diálogo horizontal entre todos os dirigentes do processo educacional. A educação em rede, educação não formal, educação popular são

caminhos possíveis, pois essas práticas educativas investigam e problematizam ações a serem concretizadas a partir dos próprios protagonistas que são os jovens e adultos.

Diante disso, busca-se um contexto forjado na articulação de um movimento que problematize essas questões e resista as ações, concepções e práticas que vêm de um política imposta por dirigentes capitalistas e neoliberais. O que se propõe são políticas públicas educacionais a partir das necessidades, vivências e do contexto sócio-cultural dos protagonistas para implementar ações democráticas e participativas baseadas em perspectivas humanas, críticas e emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRIOLI, A. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo.** Revista Espaço Acadêmico- Ano II Nº 13- junho de 2003- Mensal ISSN 1519.6186.

BRANDÃO, C. R (org). **De angicos e ausentes: quarenta anos de educação popular.**/ Porto Alegre: MOVA-RS; CORAG, 2001.

BRZEZINSKI, I. (org) **LDB interpretada: diversos olhares se inter cruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL, MEC. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.** DF. Diário oficial da união, 23/12/1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Resolução n.1,** de 5 de julho de 2000. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

BEISIEGEL, C.R. **Considerações sobre a política da união para a educação de jovens e adultos analfabetos.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 1 1999, nº4.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n.1** de 30 de setembro de 1999. Dispõe sobre os institutos superiores de educação. Brasília, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 1** de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

DI PIERO, M. C. **Descentralização, focalização e parceria:** uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação e

sociedade, Jul 2001, vol.27, nº. 2, p.321-337.

GADOTTI, M. **O MOVA-SP- herdeiro da tradição do movimento de educação de base.** São Paulo, 2000.

GADOTTI & ROMÃO. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**, 3 ed- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da escola cidadã).

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.**Rio de Janeiro: Paz e Terra,2001.

_____,**Pedagogia do Oprimido**, 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HADADD & DI PIERO. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14 Número especial - 500 anos de educação escolar (Dermeval Saviani, Luiz Antônio Cunha e Marta Maria Chagas de Carvalho - organizadores).

MARTINEZ & RIVAS. **La educación de jovens Y adultos. Uma mirada desde los protagonistas.** In CARDELLI & DUHALDE. (org) **Docentes que hacen investigación educativa.** En Madrid: Miño y Dávila editores, 2003.

MELO, R.M.A **prática educativa alfabetizadora na formação de professores**, Tese de doutorado, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2002.
América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 269-294.

TORRES, R. M. **Melhorar a qualidade de educação básica? As estratégias do Banco Mundial e as políticas educacionais.** In HADDAD, S. (org) . **O banco mundial e as políticas educacionais.** São Paulo:Cortez, 2000.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Petrópolis,1999.

VELARDE, J. **Experiencias y estrategias em la construcción de redes de docentes: Un camino para la formación continua.** In CARDELLI & DUHALDE. (org) **Docentes que hacen investigación educativa.** En Madrid: Miño y Dávila editores, 2003.